

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2015:** *Aos catorze dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. António Isidro Marques Figueiredo, Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dra. Inês Dias Lamego.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo **Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.*** =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== *Não esteve presente na reunião o Vereador **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**, por motivos profissionais, tendo sido substituído pela sua Colega de Partido **Dra. Inês Dias Lamego.*** =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Bom dia. Dar nota, até porque eu não estive presente na última reunião, foi o Senhor Vice-Presidente que presidiu à reunião, eu estava numa reunião do Conselho Metropolitano do Porto que durou todo o dia, têm sido dias e dias seguidos de trabalho muito intenso relativamente à questão dos Fundos Comunitários do Portugal 2020. Há amanhã também uma reunião relativamente a fechar o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial, que é mais um instrumento, este programa comunitário está cheio de pactos e programas e quase em todas as candidaturas que viermos a fazer vamos ter que ter um plano, dizendo eles que os planos são fáceis de fazer, coisa que no passado não existia. Nós na Área Metropolitana do Porto no dia da reunião estivemos fechados durante uma parte do dia com a parte técnica e depois só com a parte política numa lógica de procurar um critério de distribuição das verbas de contratualização. Como vocês imaginam com dezassete presidentes esfomeados nunca é fácil, mas logicamente que são pessoas com grau de elevação política, foi uma discussão muito dura, vai continuar a ser amanhã, o critério não está fechado, mas é inevitável que a maior fatia do ponto de vista da*

*distribuição cairá nos concelhos que tem mais população, portanto, aquela lógica da coesão. Nós olhamos sempre mais, por mais equações que possamos fazer, olhamos para Paredes, Trofa, Vale de Cambra e Arouca, mas depois os problemas que existem no Porto, Matosinhos e em Gaia são sempre muito superiores àqueles que existem por exemplo em Vale de Cambra. Há dados que quando estamos a olhar para a região, Vale de Cambra quase que não tem desemprego, tem menos de mil pessoas inscritas no Centro de emprego, Gaia tem milhares de pessoas inscritas no centro de emprego e, portanto, quando se fala de coisas do instituto de emprego, o Presidente de Vale Cambra não consegue falar porque ele não tem problemas de desemprego, o Presidente da Câmara de Gaia diz “eu só tenho pessoas desempregadas”. Em Oliveira de Azeméis, também é bom que aconteça, a taxa de desemprego foi a que mais baixou na região. O Secretário de Estado vem amanhã ao Porto. Nós não podemos entrar na questão dos milhões. Começa a haver aqui um desfraldar de expectativas brutal. Amanhã temos a reunião e eu não sei como é que vai decorrer. O sinal de vir o Secretário de Estado ao Porto é um bom sinal, mas ele vem a contragosto o que pode ser um mau sinal, ele vem contrariado porque vem mandado. Eu tenho aqui um estudo, vale o que vale, é feito por uma equipa de consultores, no último quadro a Área Metropolitana do Porto teve setecentos e treze milhões de euros para contratualizar, o que está neste momento em cima da mesa são quatrocentos e três milhões de euros, sendo que destes quatrocentos e três só duzentos milhões é que estão para as Câmaras, porque os outros duzentos já estão nos programas de empregabilidade que são geridos pelo Instituto de Emprego, vejam bem do que é que estamos a falar. Vocês vejam bem os nossos municípios a ouvir que há milhões para tudo e depois perceberem que nós não conseguimos ir aos milhões quando a culpa não é nossa. Dos quatrocentos e três milhões de euros apenas restam cerca de duzentos e vinte milhões de euros. Está fora disto os mapeamentos. O que são mapeamentos? São obras em escolas, direção regional de cultura e segurança social. O que nós vamos tentar fazer amanhã? É que estas verbas sejam substancialmente aumentadas. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Bom dia. Na sequência do que o Senhor Presidente referiu, queria informar que nós também na área social estamos preocupados e na última reunião do Conselho Local da Ação Social convidamos o Diretor da Segurança Social, em termos de respostas sociais, o Dr. Rui Monteiro e também o Dr. Lino Ferreira da Área Metropolitana do Porto. Fizem duas intervenções de sensibilização ao novo quadro comunitário e também às alterações de legislação para que as nossas entidades parceiras estejam atualizadas em termos de informação e que no fundo também mudem. Todos os projetos devem estar orientados para resultados e não tanto para objetivos como era anteriormente desenhado, portanto, o que vai valer é o impacto do projeto a nível social da resposta, que mudança vai esse projeto permitir. Penso que foi uma jornada de trabalho interessante, no sentido de capacitar os nossos técnicos e dirigentes para esta problemática que nós vivemos de transição de quadros comunitários. Queria também dar a conhecer que foi lançado, já está em atividade, o Plano de Emergência Social, um plano que nós aprovamos aqui sede de Câmara.*

*Dar nota de alguns eventos que se foram realizando na área social e cultural. Começava pela área cultural, está a decorrer uma exposição de pintura denominada “Equinócio 33”, de três artistas, são três pessoas que já têm caminho em conjunto desde há quinze anos a esta parte e que vão fazendo as exposições coletivas com técnicas diferentes e visualizando outras realidades que sentem nas telas. Também dizer-vos que o Programa “Há domingos assim”, no domingo passado, trouxe o musical “A pequena Sereia”, um programa destinado às nossas famílias e que foi bem aceite pelas famílias oliveirenses que participaram no Caracas nesse musical. Em termos sociais, no dia 12 de maio, tivemos para os nossos maiores e uma vez que estamos no mês de maio que é o mês do coração, em parceria com o Centro de Cardiologia de Azeméis tivemos também uma tarde de sensibilização, uma tarde de rastreio para a saúde e para a prevenção das doenças cardiovasculares, onde tivemos o Dr. Luís Martins e o Dr. Rogério Silva que falaram desta problemática das doenças, dos sinais, dos sintomas, como é que devemos prevenir estas doenças e também falar um bocadinho dos meios complementares de diagnóstico habituais para as doenças cardíacas. Tivemos a sala da Biblioteca Municipal cheia, com os nossos seniores, predominante do nosso programa desportiva “Viver Melhor” que era o público a quem era destinado essa ação. Também dizer-vos que se iniciou ainda ontem uma iniciativa denominada “O clube de psicologia mais.com” que é uma iniciativa da Divisão da Ação Social, na área da psicologia positiva. É uma vertente da psicologia que é muito emergente e que permite realçar as características positivas dos nossos jovens. A Dra. Wendy que dinamiza esta área, pegando num grupo de jovens que tem vindo a acompanhar vai fazer esta formação regular constituída por cinco sessões, com ritmo semanal, no sentido de apetrechar e de despertar nesses jovens quais as características positivas que eles têm no sentido de estimular a mudança de comportamentos. Também no dia 11 e 12 de maio, em Coimbra, realizou-se um colóquio internacional sobre políticas municipais de igualdade de género, onde o município de Oliveira de Azeméis foi convidado a participar ativamente. No dia 11 de maio, com a apresentação de um poster sobre o nosso plano e no dia 12 de maio debate sobre a igualdade de género a nível local, desafios e estratégias. Eventos que vão ocorrer: 24 de maio, realizar-se-á mais uma edição do Entr’Artes e uma vez que é a data de nascimento do nosso Escritor Ferreira de Castro, nessa iniciativa iremos ter um momento, um espaço, para Ferreira de Castro; 23 de maio, encerra-se o Clico da Primavera; 15 de maio, sinala-se o Dia Internacional da Família, temos para este dia um conjunto de iniciativas que se iniciam hoje com um colóquio “A natalidade em Portugal: que futuro?”, este colóquio é a resposta ao desafio do Senhor Presidente da Câmara numa reunião anterior e onde vamos ter três pessoas, a Enf.<sup>a</sup> Verónica do ACER que nos irá falar da contextualização demográfica de Oliveira de Azeméis; Eng.<sup>o</sup> Francisco Vilhena da Cunha, Vice-presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas que falará sobre a política da família e natalidade e a Dra. Carla Rodrigues, Deputada Parlamentar que falará sobre a natalidade, políticas e reflexões. Será um colóquio que irá trazer para a agenda do dia as questões da natalidade. Ainda hoje ouvia que Portugal é o pior país da União Europeia em termos de taxa da natalidade e em que a idade média das*

*mulheres para terem o seu primeiro filho ronda os 29 anos de idade. Eu penso e acredito, muito investigadores também o dizem, que a natalidade é realmente o problema fulcral do nosso país e de outros tantos, mas acho que enquanto não olharmos verdadeiramente para esta questão se calhar andamos aqui às voltas com este problema. Amanhã, no próprio dia comemorativo, vamos ter atividades ao longo do dia nas nossas instituições sociais e à noite iremos ter, no âmbito do “Azeméis Intercultural” uma infusão de culturas onde se irá dar a conhecer a cultura venezuelana, também dentro desta questão do Dia da Família conhecermos um bocadinho da cultura da Venezuela. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Bom dia. O Dr. Ricardo na última reunião disse-nos que ia trazer as contas da Praça da Cidade, que estavam fechadas, aguardo que nos sejam entregues ao longo da reunião. Também gostaria de saber se o Senhor Presidente tem acompanhado, não está claramente ligado a isto, não é um problema de Câmara mas é um problema social, que terá a ver com o Centro Social Dra. Leonilda. Pelo que eu sei tem enfrentado efetivamente muitas dificuldades em concretizar o seu plano, tem encontrado obstáculos, a tensão dentro da instituição é muito grande, nomeadamente dos trabalhadores. Toda a gente diz é que a caminhar assim aquilo não terá solução, portanto, não sei se tem acompanhado, se tem alguma coisa que nos possa dizer, não deixa de ser preocupante porque há ali um conjunto de idosos, em relação às crianças penso que já é nítido de que no final do ano o infantário fechará, mas temos a outra parte. É só para termos alguma ideia se isso que se conta por aí, porque também toda a gente conta, toda a gente diz e acrescenta um ponto e, portanto, só para saber se sabe de alguma coisa. Uma reflexão um bocadinho paroquiana sobre a nossa política no concelho. Nós estamos aqui há seis anos, todos, com a exceção da Inês, ao longo destes seis anos habituamo-nos a discutir os assuntos do concelho de forma muito frontal, com a paixão que é inerente a cada um de nós e acho que isso não tem de ser mau, pelo contrário, acho que nós temos que ter a capacidade de ouvir as posições, concordar ou discordar delas, respeitando sempre no fundo as nossas posições, que é para isso que aqui estamos. Para mim isso é que é a democracia, é cada um poder defender as suas ideias, os seus projetos para a cidade e para o concelho sem transformar nem diabolizar nenhuma das posições. E isso é democracia, por isso é que não deixo de sorrir quando leio que se dirigem a mim e aos restantes Vereadores e outras pessoas que defendem os projetos da oposição como pessoas pouco democratas pelo simples facto de se oporem a um projeto ou de não aderirem a uma iniciativa da Câmara. A criticarem deixaram de ser democratas, eu não tenho este conceito de democracia, para mim democracia é exatamente governar e estar na oposição. Eu sei que para essa gente que defende esses conceitos de democracia era muito mais prático ter na Câmara alguém a governar e alguém na Assembleia a enaltecer e a bajular e tudo seria mais simples como é óbvio. Mas não foi isso que se pretendeu quando há quarenta e um anos fizemos a nossa revolução, cada de um de nós ainda que à sua maneira comemorou recentemente e, portanto, será sempre por essa democracia que eu lutarei. Isto tudo a propósito do que eu já não acho salutar, é nós fazermos sugestões aqui em reunião de Câmara e depois essas discussões serem transmitidas para o exterior não divulgando as*

*nossas posições sobre qualquer que seja o assunto, porque isso é público, nós sempre assumimos com todos os custos eleitorais que isso nos possa trazer, até porque depois as atas são publicadas e não há nada a esconder e votaremos sempre contra quando tivermos que votar. Agora já não me parecer salutar sairmos daqui e com telefonemas ou com contactos directos transmitirmos às outras pessoas uma ideia errada do que aqui se passou. Isso já aconteceu várias vezes ao longo destes seis anos, mas aconteceu essencialmente na última reunião, onde a propósito da formação da comissão de acompanhamento da concessão houve claramente e isso está assumido por nós, hoje está aí novamente na ordem de trabalhos e voltaremos a afirmar o que dissemos, de que não concordávamos com o nome indicado da entidade entrepartes e explicamos porquê e falamos com certeza em partidarização, como se fala em termos governamentais da partidarização, dos boys, dessas coisas e isso faz parte do discurso da democracia e desses conceitos. Agora, mais nenhum nome esteve em questão em cima desta mesa e, portanto, é com algum desconforto e não gosto que isso aconteça, no futuro sempre que isso acontecer eu logo que tenha a ata vou entregá-la pessoalmente às pessoas e convidá-las a vir cá na reunião seguinte para confrontarmos isso, de percebermos de que pelo menos o Eng.º Castanheira foi abordado no sentido de nós termos estado aqui a falar da vida pessoal dele e de certa forma até no sentido negativo sobre a vida pessoal. Ninguém falou aqui no Eng.º Castanheira, a única pessoa que esteve aqui em causa foi o Eng.º Topa, não foi mais ninguém. O que esteve aqui em causa e foi um mero apontamento, eu recorro bem isso porque todo o discurso foi à volta do Eng.º Topa e depois a propósito disse o Dr. Ricardo “Eu até nem sei quais são as orientações partidárias de cada um dos elementos” e aí o Helder respondeu “Conhecemos, é público, o Eng.º Topa tem ligações directas ao partido, relativamente ao Eng.º Castanheira foi Vereador numa outra Câmara pelo PSD e sobre a outra pessoa não sabemos, é nova cá no concelho e não sabemos”. Fazer disso que nós estivemos aqui a insinuar o que quer que seja sobre esse funcionário da Câmara não é sério, não é sério e isto é quase como quando nós dizemos que somos contra as obras nas escolas feitas pelas Associações de Pais, saindo logo daqui a ideia, e transmitir-se logo a ideia, de que nós somos contra as associações de pais. Isto é distorcer o discurso todo; pelo contrário, nós achamos que tem de ser a Câmara a fazer essas obras, com os pais a colaborar num outro âmbito, mas que a Câmara tem de dirigir as obras, mas depois transmite-se lá para fora que os Vereadores do Partido Socialista são contra as associações de pais. E, portanto, acho que foi grave sairmos daqui, contactarmos o Eng.º, isto é público, a vantagem das redes sociais é esta, a gente acaba por saber as coisas. Existem as votações, nós estamos à vontade, vocês podem-nas divulgar, não temos nenhum problema sobre elas, agora distorcer o que se fez aqui dentro é errado. Agora aproveito eu, fizemos o desafio de nós refletirmos sobre algumas coisas, agora sou eu que lanço o desafio para todos nós, se é nesta base que queremos realmente estar aqui a fazer as discussões acho que devíamos de elevar um bocado a situação, porque eu não vou permitir e irei fazer sempre tudo cada vez que for distorcido e nomeadamente envolvendo as pessoas, as suas vidas pessoais, que foi coisa que nós nunca quisemos envolver, nem temos nada a ver com isso, cada um assume as*

*convicções partidárias que entende, nós não temos absolutamente nada a ver com isso. Nunca esteve aqui em causa nem o Eng.º Castanheira, nem a pessoa relacionada com a Indagua, só esteve a pessoa que foi indicada para Presidente. Portanto, para futuro, sempre que isso voltar a acontecer eu farei questão de convidarei a pessoa a estar aqui para ser confrontada aqui diretamente com isso, porque acho isto desnecessário e não nos eleva em nada e não permitirei quando se trata de não transmitir as coisas com verdade, não vou permitir que isso aconteça. Era só esta correção porque fiquei incomodada com aquilo que li, porque não se traduziu em nada aquilo que se passou aqui nesta reunião. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Pedro Marques que fez a seguinte intervenção: Bom dia. No seguimento desta intervenção, acho que deve ser o Senhor Presidente a falar, mas independentemente de tudo relativamente às palavras da Dra. Ana de Jesus, eu percebo o que ela diz e que efetivamente esteja melindrada com algumas reações, mas Dra. Ana de Jesus eu não sei a quem a Senhora se está a dirigir. Repare: há uma pessoa que é falada nesta mesa, que reage no seu facebook e está a dizer que foi algum de nós que foi dar essa informação. A pessoa é livre de no facebook dizer o que entender. A verdade é que essa distorção, infelizmente, se é virada a nós, quando a gente aponta um dedo tem quatro virados para nós, nunca se esqueça disso. E por aqui me fico. Dizer que estou manifestamente muito contente porque conseguimos de alguma forma por em prática nesta revista um trabalho seríssimo, histórico e documental por parte do Dr. Aníbal Costa. Agradeço à Biblioteca Municipal toda a colaboração que deu. Os Senhores sabem tão bem como eu que o Dr. Aníbal Costa foi um pioneiro na medicina desportiva em Portugal, foi de facto o grande impulsionador da Associação de Medicina Desportiva, que agora não existe mas que na altura foi de facto, até a nível europeu, uma das primeiras a se preocupar com estas matérias ligadas à medicina do desporto, à questão do atleta, à questão da morte súbita e tudo o que tenha a ver com a prática do treino do atleta. É um documento com catorze páginas que faz um bocado o retrato do que foi a vida enquanto médico, enquanto médico e enquanto estudioso. Como sabem o Dr. Aníbal fez a doação à Biblioteca Municipal de Oliveira de Azeméis de todos os seus livros, ronda mais de cinco mil euros. O meu agradecimento para o Dr. Ribeiro, o Diretor da Revista Medicina Desportiva e ele também tem este cuidado de agradecer quer à família do Dr. Aníbal Costa, quer à Biblioteca Municipal. Eu gostaria de aqui, em meu nome, como Vereador do Desporto, que ficasse em ata o meu agradecimento à Revista de Medicina Desportiva. Depois dizer-vos que esta semana vamos ter na Loja Interativa do Turismo uma homenagem mais que justa, uma singela homenagem, ao nosso escritor Ferreira de Castro, portanto, vamos ter lá uma exposição, vamos recitar alguns poemas de Ferreira de Castro todos os dias. Eu acho que vocês têm reparado que estamos a tentar implementar uma dinâmica de atividades constantes e contínuas na Loja Interativa. Temos tido uma estatística muito interessante de adesão na procura da Loja do Turismo, os números de presença na loja têm sido de facto bastante satisfatórios e é através da nossa cultura, da nossa arte, daquilo que nós temos de bom que temos de facto trabalhado na loja para ela poder também ser um local atrativo na nossa cidade. Dizer-vos mais uma vez que*

*os Jogos de Azeméis foram mais uma vez um sucesso. É super agradável aquele dia, as crianças são muito especiais. Foi um dia em que se reuniu, apenas três escolas não estiveram presentes, todo o panorama escolar de Oliveira de Azeméis, quase dois mil alunos. É um dia que se tenta através das brincadeiras sensibilizar as crianças para algumas matérias que tem a ver com o jogo em equipa, que tem a ver com a ética desportiva, um bocadinho no seguimento daquilo que nós fomos trabalhando a nível comunitário com o Elyos, mas que de facto demos seguimento. Depois, mais uma vez, o nosso concelho é notícia pelos melhores motivos e neste caso mais uma vez é o desporto que nos dá a alegria de ver um clube como o Futsal Azeméis a ser, ainda a algumas jornadas do fim, campeão nacional da I Divisão Distrital de Aveiro, o que lhe dá o acesso garantido à II Divisão Nacional de Futsal. É um clube que nos poucos anos que tem, tem dado o seu contributo positivo para esta modalidade, para o desporto, no fundo tem sabido estar no desporto como nós gostamos, com ética, com fair-play e, portanto, os meus parabéns. Depois dizer-vos que de sábado a oito, vamos ter na nossa piscina municipal uma das que foi das nossas iniciativas, que foi apelar a intermunicipalidade do desporto e no final do ano passado, no início desta época, convidamos todas as piscinas municipais da região, são sete piscinas, a fazermos um campeonato intermunicipal de piscinas, neste caso de todos os escalões etários. Tem sido uma enorme surpresa, porque temos tido de facto muitos bons resultados a nível do campeonato e as finais serão em Oliveira de Azeméis, no sábado dia 23, e convido-vos a todos a passarem por lá e verem um bocadinho do trabalho que lá é feito. Depois teremos também o V Sarau Gímnico de Oliveira de Azeméis, temos tido durante os últimos anos anáfa da ginástica artística em Oliveira de Azeméis e este ano não faltará o que de bom se vai fazendo nesta modalidade, teremos cá os campeões nacionais, os campeões europeus e os representantes portugueses nos jogos europeus da modalidade. Dizer-vos também que fruto de um plano de formações que a Loja Ponto Já está a desenvolver, teremos este sábado um workshop de moda, em que também tem sido bastante interessante a adesão e que de alguma forma vai à procura de suprir algumas carências que algumas senhoras e meninas do nosso concelho foram solicitando e espero também que seja um dia grande para elas. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Bom dia a todos. Começo por dizer que também nos associamos naturalmente ao feito do Futsal Clube de Azeméis. Senhor Presidente, algumas questões, uma delas tem a ver com as denúncias, saber se efetivamente já tem respostas, porque já têm alguma antiguidade e na nossa opinião devem ser prontamente esclarecidas para que não caia nenhum tipo de suspeição. Uma outra nota também igualmente recorrente, tem a ver com a Rua da Espinheira, em S. Martinho da Gândara, e falo só na Rua da Espinheira neste caso porque, julgo eu, que se houvesse condições técnicas e financeiras para o fazer o devíamos fazer antes do verão, porque é realmente uma situação que nos preocupa, está extremamente perigoso e espero que não tenhamos ali nenhum tipo de chatice, nenhum tipo de acidente mais grave. Uma outra nota, Senhor Presidente, não esteve, mas foi na altura colocada uma questão em relação à antiga Gametal, sobre a possibilidade desta empresa estar a deslocar as suas instalações de Oliveira de Azeméis e estar a concentrá-las em Ovar, verificar se isto tem*

*algum fundamento ou se não tem. Também informação sobre outra questão recorrente, sobre a Wuhan Industries, perceber se já há mais informações e mais desenvolvimentos. Uma outra questão, tem a ver com os acordos de execução. o Senhor Presidente teve uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta, não vamos aqui falar dos constrangimentos que estão a surgir, nós na altura própria avisamos desses constrangimentos, reconhecemos que os Senhores não deram a devida importância, ironizaram até com a situação, mas o que é um facto é que a situação está aí para ser resolvida e caso pretendam a nossa colaboração na definição de uma solução estamos totalmente disponíveis para o fazer e para tentar encontrar uma resposta que ultrapasse os problemas que estão a ser causados aos nossos Presidentes de Junta. Uma outra questão, tem a ver com um pedido, se existe a possibilidade, caso exista a informação, de nós termos a possibilidade de percebermos qual é o parque de viaturas do município, o estado em que elas se encontram, a sua antiguidade, o seu histórico de reparações e os custos envolvidos nessas reparações, se são veículos obsoletos, etc.. Efetivamente nós quando olhamos para o parque de viaturas da Câmara vemos viaturas muito antigas. Nós temos ainda um parque de viaturas que é apreciável, não é despiciente. Eu gostaria de perceber quanto é que custa esse parque de viaturas, não é fácil nós conseguirmos perceber, gostaria de perceber a quantidade de viaturas que nós temos. Eu lembro-me que em 1993 nós recorrentemente recorriamos a serviços externos de contratação de giratórios, de escavadoras, porque não tínhamos praticamente parque nenhum. Eu gostaria de perceber se temos esse parque, se não temos esse parque, até porque nós para percebermos a nossa capacidade de realização e nós criticamos isso, e os Senhores sabem que criticamos, a dificuldade que nós temos na promoção de obras por administração direta, também é preciso percebermos se temos condições técnicas para o fazer e, portanto, nós para fazermos essa avaliação precisamos de perceber se temos, nomeadamente ao nível das viaturas e máquinas, que é uma das componentes fundamentais para que os funcionários da Câmara desempenhem a sua missão, se era possível nós termos um relatório sobre as viaturas que existem, o seu estado, os custos envolvidos, para percebermos se em conjunto temos de pensar numa solução para esse parque de viaturas e se temos de começar, em conjunto também, a procurar aos poucos reformular esse parque no sentido de criarmos condições para termos mais alguma capacidade para por administração direta. Nós não somos propriamente um município sem recursos humanos, temos recursos humanos, poderemos não ter os recursos operacionais que precisaríamos para fazer coisas substancialmente diferentes ou para fazermos coisas de maior dimensão, mas percebermos aquilo que é possível fazer e que recursos temos para fazer. Era só. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que disse: Bom dia. Na última reunião de Câmara Municipal estava a decorrer o evento “Aqui há Futuro”, na altura já me referi ao modo como estava a decorrer. Ele terminou no dia 01 de maio, sexta-feira, e de lá para cá foram-me dadas algumas notas sobre o impacto e sobre a avaliação que foi feita relativamente a este evento. Tivemos de facto um evento que conjugou a vontade de uma iniciativa de dois municípios, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis, bem como das escolas (ensino básico, ensino secundário e ensino*



superior), centros de formação profissional e também empresas que ultrapassaram em muito aquilo que eram as nossas expectativas iniciais, tendo em conta que foi um evento que se realizou pela primeira vez no ano passado em Vale de Cambra. Este evento tem sido avaliado de uma forma muito positiva pela interação que permitiu entre os diferentes intervenientes, desde logo entre as empresas, as escolas e os centros de formação e também pelo número de visitantes que durante estes três dias acorreram ao evento. Havia até algum receio que no dia 01 de maio, sexta-feira, feriado, e com um tempo invernosso como estava, que pudéssemos eventualmente não termos um número muito dignificante de participantes, mas de facto assim não aconteceu, tivemos um dia muito interessante até ao momento do encerramento, que teve em ação permanentemente quer os expositores empresas, quer os expositores ligados à formação e dos próprios municípios, ao ponto de já mesmo depois da cerimónia formal de encerramento deste evento ainda haver pelo menos duas escolas a trabalhar e a desenvolver aquilo que são as potencialidades dos seus cursos, nomeadamente o curso profissional. Portanto, uma palavra também aqui, porque entretanto fomos recebendo algumas informações, não só dos inquiridos que estão a ser preenchidos e reenviados para o município, com avaliações bastante positivas, mas também através de email de muitos daqueles que participaram com essa indicação de que é uma iniciativa que valeu a pena, não só por todas estas interações, pelo programa cultural e de animação que decorreu e pelo envolvimento de todos aqueles que lá participaram. Ficou também a ideia, para edições futuras, de que este evento possa eventualmente ser alargado a outros municípios, até porque na sessão de aventura tivemos para além do Secretário de Estado do Emprego a presença do Presidente do Município de S. João da Madeira e a Vereadora de Santa Maria da Feira que manifestaram interesse e manifestaram vontade de quererem também participar em edições futuras. Seguramente se assim for aquele espaço, Pavilhão Municipal, já será insuficiente uma vez que estava praticamente preenchido relativamente à qualidade e à quantidade de stands. Aqui fica uma nota e um registo, para além disso o Correio de Azeméis fez um dossier de 24 páginas, naturalmente também porque interveio neste evento e daí o interesse, fez referência a todos os momentos que houve durante estas Jornadas do Emprego e Empreendedorismo. Gostava também de referir aqui o evento que decorreu ontem no Cine-Teatro Caracas, a partir das 14h30m “Políticos de Palmo e Meio” que já vai na sua VIII Edição e que contou com a presença de alguns Vereadores, do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas que teve a particularidade de ter muitos alunos envolvidos das nossas escolas do município e tivemos uma Mesa bastante dinâmica ao nível daquela que é a tradição dos nossos dirigentes “Políticos de Palmo e Meio” que dirigiram muito bem os trabalhos. Eu gostava de sublinhar, penso que foi o ano passado, correu uma ideia errada sobre este evento e que tem a ver com o seguinte: Há a ideia que os “Políticos de Palmo e Meio” é uma coisa que acontece e é preparada à última da hora, com os miúdos sem saber o que é que estão a fazer ou o que de alguma forma são instrumentalizados para o efeito. Não é nada disso, aliás como ontem se puderam aperceber e isto repetiu-se ao longo destas edições todas, o tema é escolhido de um ano para o outro e é trabalhado ao longo do ano letivo. Nós

*estamos em maio, estamos quase no final do ano letivo e há vários momentos em que o assunto é trabalhado ao longo do ano, com várias iniciativas. Aquilo que quero aqui transmitir é que isto faz parte da participação cívica, da intervenção do desenvolvimento do espírito de intervenção democrática e sobretudo de uma ligação que a escola deve ter. Todas aquelas propostas, algumas bastante ousadas, como o caso da piscina para S. Roque, são trabalhadas na escola em conjunto com os professores, os pais e a comunidade local, com o Presidente de Junta eventualmente, e indicarem aquilo que são as questões que são fundamentais para o desenvolvimento do território. Desde a proposta das passadeiras até à proposta de construção de um pavilhão ou piscinas são interessantes, mas é a questão de sobretudo colocar os nossos alunos do 4.º ano, que são eles que desenvolvem este trabalho ao longo do ano de investigação, de procura, de contato com a realidade local e que depois traz como resultado aquelas propostas e as questões que fazem na sessão plenária dos “Políticos de Palmo e Meio”. Acho que foi uma jornada muito interessante, de participação democrática, de intervenção cívica e seguramente que muitos destes alunos não esquecerão do dia em que fizeram estas intervenções e também, porque não, depois terem a oportunidade como foi anunciado lá no dia 21 de maio irem a Lisboa, ao Parlamento, verem uma sessão plenária e também visitar o Planetário. Portanto, fica aqui esta nota, os Senhores Vereadores que lá estiveram também poderão ter a sua opinião relativamente a esta matéria, mas julgo que é um projeto de continuar a acarinhar e de ser desenvolvido como tem sido dentro aquela dinâmica que a classe pode gerar. Finalmente, gostava de deixar aqui também uma palavra que é a realização do “Mercado à Moda Antiga”, cujas ruas já estão a começar a ter o colorido próprio para os dias 16 e 17 de maio, sábado e domingo, e que regista a maior participação de sempre de associações, de figurantes, e seguramente que registará a maior participação de sempre de visitantes. Fica uma nota sobre este evento de divulgação de Oliveira de Azeméis, das suas potencialidades, da sua gastronomia e das suas tradições. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Senhor Presidente, só uma questão muito simples. No outro dia, tive a oportunidade de visualizar o evoluir das obras da Escola Secundária Soares Basto/ Carqueja. Na altura, eu fiquei com a sensação de que iríamos procurar preservar um dos blocos para futuramente construirmos e adaptarmos para um centro escolar. Dá-me a sensação que todos os blocos estão a ir abaixo. Era só perceber se vamos ou não conseguir preservar para um centro escolar, ou se essa nossa ambição e na altura crítica à Parque Escolar de querer deitar tudo abaixo e não aproveitar nada, se afinal de contas ainda se mantém, se aquilo é mesmo tudo para ir abaixo. Perceber se efetivamente nós não vamos conseguir recuperar nenhum daqueles blocos para o centro escolar ali naquela zona. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Procurar dar resposta às questões que foram colocadas, àquelas que nós conseguirmos responder aqui. A Senhora Vereadora Gracinda Leal falou da questão da natalidade, é um compromisso que nós também tínhamos assumido aqui na reunião de Câmara de refletir um bocadinho sobre essa matéria e aqui fica o cumprimento desse compromisso, de uma deliberação nossa aqui na reunião de Câmara. Eu depois no final dou a palavra ao*

*Vereador Dr. Ricardo Tavares para poder explicar as contas da Praça da Cidade na sequência da questão que a Senhora Vereadora Ana de Jesus colocou. Sobre a conversa e a intervenção sobre a democracia e aquilo que nós todos desejamos do funcionamento da democracia e da forma como nos relacionamos aqui, por vezes há discussões mais acaloradas e posições mais extremadas, é verdade, de parte a parte, mas isso também faz parte da democracia e temos que estar preparados para isso. Aliás, é verdade e eu acho que isso tem a ver com a natureza humana, há pessoas que têm uma hipersensibilidade às críticas diferentes das que têm aos elogios, uma reação diferente e acho que isso não tem mal nenhum. Temos todos, naturalmente quando aceitamos funções públicas, quando temos a coragem de ir a votos, temos todos, sem exceção, de estar preparados para as críticas, quem não estiver preparado não se deve meter nisto, opta para fazer outra coisa qualquer, porque aí ninguém o critica, se não fizer nada ninguém o critica, embora nos tempos que correm hoje e tendo em conta os críticos que temos na nossa sociedade eu acho que até o imobilismo é criticado em algumas situações, no passado não era. Eu acho que isso tem de ser tudo encarado com uma naturalidade tremenda, não pode ser de outra maneira. Há só uma coisa e logicamente que nós poderemos até voltar à discussão, quando estivermos a discutir o ponto da Indaqua, o que me parece e eu acho que a Senhora Vereadora Ana de Jesus me acompanha nesta minha visão ou neste pensamento e que é: o ser militante partidário não é cadastro, é uma opção, mesmo no exercício da vida pública nós não somos obrigados a ser militantes disto ou daquilo. Claro que há quem seja militante, há quem seja simpatizante, há quem não tenha partido e depois há os independentes, há os falsos independentes que todos nós conhecemos, que têm orientação partidária mas que gostam de dizer que são independentes, eu normalmente costumo pô-los um barra descontentes, porque já foram alguma coisa e agora são independentes quando descobriram estas virtualidades dos independentes. Eu confesso que sou militante de um partido há muitos anos e isso não me dá mais privilégio, mas também não me retira nada, ou seja, acho que devemos assumir. Isto também é uma reflexão pessoal, eu fui muitos anos Deputado da Assembleia da República da Oposição, eu acho que é uma aprendizagem interessantíssima, deixe-me dizer que é benéfico uma pessoa passar pela oposição, é bom nalgumas circunstâncias nós podermos sentir o que é oposição. Eu aprendi imenso na oposição e são ensinamentos que nós temos. Há uma coisa, e isto sem querer estar a adiantar a discussão, se tivermos ou não no ponto seguinte da ordem de trabalhos, quando chegarmos à comissão de acompanhamento da Indaqua, como sabem eu não estive na última reunião, o Eng.º castanheira é uma pessoa que tem logicamente, como não poderia deixar de ser e eu assumo isso, a minha confiança, é dirigente da Câmara, é Diretor de Departamento. Eu tenho confiança no exercício das suas funções enquanto Diretor de Departamento, ele não era Diretor de Departamento quando nós chegamos à Câmara, lembro-me que era a Arqt.ª Maria Emília com quem eu tive uma longa conversa relativamente aos desafios que tínhamos pela frente e ela foi a primeira a dizer-me que não se importava nada de deixar de ser Diretora de Departamento, pediu na altura para ficar ligada às candidaturas, aos fundos estruturais. Nós na altura lembramo-nos do Eng.º Castanheira, que como todos tem*

defeitos, tem virtudes, mas é uma pessoa em quem confio, tenho confiança e sei que ele vai fazer um bom trabalho. Quanto ao Eng.º Topa, percebi que a incisão ou a crítica passava muito pela questão da ligação partidária ou não. Eu conheço a pessoa e conhecendo-a eu como a conheço, se esta comissão fizer que relatórios que nós aqui tenhamos que apreciar ou votar, eu não tenho dúvida nenhuma que a Senhora Vereadora vai votar todos os relatórios que o Eng.º Topa lhe enviar, porque é uma pessoa de uma seriedade à prova de bala. É militante do partido, é verdade, nunca o escondeu, mas é uma pessoa tecnicamente muito bem preparada e posso-lhe dizer que é mesmo uma pessoa de uma seriedade à prova de qualquer coisa e, portanto, não pense que ele em alguma situação ponha em causa o seu prestígio, a sua vida profissional para ajudar, para branquear. Se essa comissão for aprovada vai ver, eu tenho a noção do que estou a dizer hoje, se tiver aqui que vir um documento para votarmos eu sei que a Senhora vai votar o documento. Eu percebo a vossa posição de princípio agora, mas não antecipem porque é uma pessoa muito séria. Das informações que tenho, ninguém aqui pôs em causa a seriedade da pessoa, pôs-se em causa ser militante de um partido e ter ligações partidárias e de não ser de cá, mas é uma pessoa que tem qualificações mais que suficientes e que na sua vida profissional, até como perito e avaliador do tribunal, tem estado em dossiers muito quentes, de muitos casos até com alguma notoriedade e se repararem o Eng.º Topa passa completamente despercebido e é ele que dá os pareceres. Depois cá estaremos para analisar e ver que as escolhas foram boas. Repare: esse nome é um nome que nasce do entendimento entre a Câmara e a Indagua, não é um nome só da Câmara, nem é um nome da Indagua, como sabem o terceiro nome tem que ser de comum acordo. Eu não vou cometer a deselegância de falar-vos de outro nome que esteve em cima da mesa por parte da Indagua, a Indagua sugeriu os dois nomes, mas é muito diferente, mesmo o perfil, que era um perfil político, quando o Eng.º Topa encaixa num perfil técnico para aquela função. Relativamente à questão do funcionamento da democracia, eu sou o mais democrata possível, eu às vezes também ferveo em pouca água mas também tenho a humildade suficiente de reconhecer os meus excessos. Estamos todos à vontade e quem somos nós para atirar pedras, porque temos todos telhados de vidro nessa matéria, todos nós já nos excedemos. A cultura democrática também se faz das discussões e das críticas, eu pelo menos digo à minha equipa que têm de estar preparados para serem criticados porque é sinal de que fazem alguma coisa, se não forem criticados é porque não fazem nada. Só é criticado quem faz. Quem está nestas funções tem que perceber que está sujeito a críticas, é a democracia a funcionar e nisso estamos de acordo e temos todos que estar mais do que preparados para isso. O Dr. Pedro Marques falou na questão do Dr. Aníbal Costa, eu por acaso acho que nunca ficou registado em ata um agradecimento ao filho do José Silva e Costa que foi quem na altura me falou na possibilidade de ter o espólio do pai, este foi um trabalho que foi feito pela biblioteca e pelo arquivo municipal. O Dr. Silva e Costa, médico e gestor, gostou da forma como agarramos a situação e o compromisso de valorizarmos o espólio, que é um espólio valioso, aliás a Faculdade de Motricidade Humana também na altura andava à procura dele, mas como sabem eles têm muito mais coisas e nós tratamos com carinho tendo em conta as origens oliveirenses

do Dr. Aníbal Costa. Eu tive o prazer de conhece-lo pessoalmente quando fui para a Assembleia da República em 1995 e devo-vos dizer que é uma pessoa, para além de um distinto médico conforme se pode ler nessa revista, o homem era um homem de uma frontalidade assustadora, eu imagino naqueles tempos áureos do senhor o que é que ele dizia e fazia, porque era terrível e dizia o que lhe ia na alma com uma frontalidade tremenda. Julgo que também pode ficar registado o Futsal de Azeméis, sendo aprovado por unanimidade um voto de congratulação pelo sucesso desportivo, teremos depois que os receber aqui quando eles forem efetivamente campeões, porque o campeonato ainda não acabou. Quanto à intervenção do Eng.º Joaquim Jorge, eu espero já na próxima reunião trazer e entregar-lhe o dossier que falou. A Rua da Espinheira, eu não tenho aqui resposta, assim que tiver alguma informação faça-a chegar. Quanto à Gametal, eu falei com a administração e a informação que eu tenho por parte da administração foi a centralização dos escritórios em Ovar e a sede em Ovar, eles mudaram a sede para Ovar. Eu na altura fiz a questão do ponto de vista da unidade de produtiva, dos postos de trabalho eles disseram que isso não estava em causa. É verdade que eu não fiz a questão por escrito, conversei com eles e eles até me convidaram para ir à inauguração das instalações de Ovar, eu não fui, enviei um email e uma carta à administração, mas se calhar era oportuno termos algo por escrito para ficarmos mais confortáveis. O que me disseram na altura foi que era só a deslocação da administração, a parte produtiva permanecia no concelho. Quanto à Wuhan Industries, nós aguardamos a vinda dos chineses cá, a indicação que temos é de que não há problemas. Eu chamei a atenção já por causa dos fundos comunitários, por causa da execução dos fundos comunitários QREN, porque vai chegar uma altura que não vai haver pedidos, vai chegar a uma altura que o quadro vai fechar. A questão dos benefícios fiscais é diferente, é mais há frente, mas o processo dos fundos comunitários tem de ser encerrado. Eu chamei a atenção para isso e chamei à atenção do nosso interlocutor. Quanto aos acordos de execução, Senhor Vereador nós tivemos uma reunião de trabalho com as Juntas de Freguesia na última segunda-feira, foram três horas, foi uma reunião muito produtiva, onde falamos fundamentalmente dos acordos de execução. Todos os Presidentes de Junta usaram da palavra, foi criado um grupo de trabalho restrito, constituído pelo Presidente da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail, Presidente da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e Presidente da Junta de Freguesia de Cesar. A lógica foi estarem os três partidos representados e um independente, sendo certo que todos assumiram que não estavam ali a representar partidos, estavam a representar Juntas de Freguesia. Cada um deles ficou de fazer a reflexão dentro do seu grupo para depois poderem na próxima segunda-feira apresentar propostas concretas. Do ponto de vista dos justificativos apresentados à Câmara no primeiro trimestre, portanto os setecentos mil euros que nós disponibilizamos por ano para as Juntas de Freguesia, aquilo que era para justificar no primeiro trimestre, estamos a falar dos valores/ justificativos a rondar um terço daquilo que é disponível. O que é que significa? Significa que não tiramos nenhuma conclusão sobre o valor, se era muito ou se era pouco, não caímos nessa

tentação, porque pode ser muito ou pode ser pouco tendo em conta as competências que estão afetas. Não quisemos chegar já a essa conclusão. O que me pareceu, mas esse grupo de trabalho na segunda-feira já vai poder chegar a mais alguma conclusão é que há situações que as Juntas de Freguesia querem fazer que a atual redação dos acordos de execução não lhes permite, mas há uma outra coisa acima dos acordos de execução que é a Lei. Ficamos com essa incumbência de otimizar, basicamente otimizar, ninguém aqui quer ganhar o dinheiro para outras coisas, nada disso. Posso-vos dizer que houve Presidentes de Junta que foram frontais e disseram “o dinheiro é muito, a gente não vai conseguir justificar o dinheiro todo”, mas o presidente ao lado disse logo “mas se nos aumentarem a possibilidade de fazermos isto, aquilo e aquilo, nós justificamos tudo”. Há uma outra novidade, há um email centralizador de todos os pedidos das Juntas de Freguesia à Câmara Municipal, que venham pedir isto ou aquilo, venham pedir material, um sinal, para tapar um buraco, resolver um problema, etc., entra pelo mesmo email. Esse email tem resposta no prazo de oito dias, que é está resolvido, vai ser resolvido ou que não pode ser resolvido agora, foi encaminhado, entre outros. Os Presidentes de Junta acharam muito bem e até felicitaram por essa iniciativa. A equipa que acompanha os acordos de execução é composta pela Dra. Susana Silva, Dra. Maria José Moreira, Eng.º Alberto Godinho e pelo Dr. Fernando Cunha e é coordenada pelo Sr. José Oliveira que é do meu gabinete, portanto, são as cinco pessoas que vão acompanhar os acordos de execução. Depois há as equipas operativas que são coordenadas superiormente pelo Eng.º Castanheira, que é da tutela direta do Senhor Vice-Presidente Ricardo Tavares e o Eng.º Abílio Estrela que conduz as brigadas operacionais. Estas duas equipas de execução e operacionais têm de estar em perfeita sintonia para que se possa naturalmente naquilo que é as intervenções por administração direta, naquilo que é a questão dos materiais poderem bater certo com os acordos de execução. Pareceu-me que esta solução foi do agrado foi generalizado dos Senhores Presidentes de Junta. Como já disse, vamos aguardar pela reunião de segunda-feira e depois daremos outras informações. Uma última questão que o Senhor Vereador Joaquim Jorge colocou, é daqueles dossiers que merece uma reflexão desapassionada e tem a ver com o parque de viaturas e que eu vou preparar um dossier para entregar sobre isso. O nosso parque de viaturas é velho, muito velho. Nós temos um parque de viaturas velho, com despesas elevadas de oficina, mais do que a despesa por vezes é o tempo de reparação em oficina. As reparações dos camiões são caríssimas. Acho que vale a pena nós fazermos esta reflexão sobre o parque de máquinas, vocês vão ficar surpreendidos com o nível e utilização tendo em conta o número de anos. Está tudo muito velho, não estou a dizer obsoleto, está velho, está cansado. São carros muito antigos, têm que ir à inspeção todos os anos, mas antes de ir à inspeção tem de se fazer uma revisão. É complicado, mas vale a pena fazermos essa reflexão. O Senhor Vereador Isidro Figueiredo falou sobre os eventos que se fizeram e que vamos fazer. Acho que a edição do Mercado à Moda Antiga deste ano promete, para já acho que o tempo nos vai ajudar e temos o maior número de associações inscritas (82 associações) e prevê-se um fim de semana animado. Se repararam a elevação a cidade coincide com o Mercado à Moda Antiga e, portanto, nós vamos fazer uma

*coisa muito minimalista no aniversário da cidade, tínhamos outras iniciativas previstas, tinha vários vereadores a fazer as mais diversas coisas e eu disse “meus caros, o que nós fizermos vai morrer, porque o mercado mata tudo”. Vamos hastear a bandeira de manhã. O Vereador Helder Simões falou na questão dos devaneios da Parque Escolar da era socrática e da era passista, eu não vou comentar nem uns, nem outros. É verdade que nós chegamos a conversar à volta desta mesa a possibilidade de recuperação de um bloco para podermos transformar em centro escolar. A avaliação que depois foi feita tecnicamente, foi que a adaptação ou a solução que nós preconizamos, foi falada com os pais, com a escola, com a Prof.ª Maria José, o Prof. Godinho, o Prof. Luís, ficaria sempre mais caro do que fazer uma escola nova. Quando fomos confrontados com isso, de que ficava mais caro do que fazer um novo, optou-se por colocar tudo abaixo. Logo que seja possível temos de reequacionar a questão dos centros escolares. A via ao lado da biblioteca e ao lado da escola, que irá ter à nossa zona desportiva, também vai ter que ter enquadramento nessa zona quando os terrenos estiverem todos delimitados para que não haja ali nenhum conflito e para que aquela zona também fique com uma acessibilidade muito melhor do que aquela que tem hoje. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares para prestar esclarecimentos sobre a Praça da Cidade: Sobre este assunto eu queria dizer o seguinte: Eu tenho aqui já alguns valores e alguns elementos para falar mas isto vai implicar a necessidade de vir aqui a uma reunião de Câmara para nós aditarmos ou alterarmos o contrato de arrendamento. Conforme já tinha aqui falado, houve a necessidade de se chegar a um encontro de contas, para falar de forma mais correta e com uma discriminação mais correta de tudo o que está envolvido. Então, aguardaríamos pela próxima reunião de Câmara porque terá que ser submetido à aprovação. Para não haver informações desadequadas, para não haver desinformação, depois virá à próxima reunião. =====*

===== **ORDEM DO DIA (ARTº 87º)** =====

===== **DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS:** *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias trinta do passado mês de abril e treze do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== **APROVAÇÃO DE ATAS:** *O Senhor Presidente colocou à aprovação as atas nº 43 e 45, as quais foram aprovadas por unanimidade. =====*

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **ASSOCIAÇÃO DO PARQUE TEMÁTICO MOLINOLÓGICO – EMISSÃO DE PARECER DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (I/38830/2015):** Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O solicitado pela Associação do Parque Temático e Molinológico, para dar início ao processo de obtenção do Estatuto de Utilidade Pública; - Que de acordo com o D.L 460/77, de 7 de Novembro, republicado pelo D.L. 391/2007, de 13 de Dezembro “São pessoas coletivas de utilidade pública as associações, fundações ou cooperativas que prossigam fins de interesse geral, ou da comunidade nacional ou de qualquer região ou circunscrição, cooperando com a Administração Central ou a Administração Local...”; - A preocupação do Município em incentivar o Associativismo, dotando-se as coletividades de meios de valorização e expansão da sua atividade; - Que a Associação do Parque Temático Molinológico, criada em 2009, é uma associação sem fins lucrativos, cujo objeto consiste em potenciar o desenvolvimento do Parque Temático Molinológico, contribuindo para revitalizar o relacionamento dos moinhos com o rio e paisagens envolventes, através de ações e projetos que envolvam os diversos agentes, entidades públicas e privadas, empresariais e de carácter social, nomeadamente nos domínios do património cultural, natural e arqueológico, do desporto, do lazer e do turismo, da animação urbana e rural; - Que o Parque Temático e Molinológico, apresenta-se como um ex-líbris do concelho, sendo um dos mais importantes locais de interesse turístico da região onde o pão e as regueifas de Ul são uns dos seus grandes atrativos; - A Associação do Parque Temático Molinológico, participa ativamente em várias atividades organizadas pela Câmara Municipal ou por outras entidades, nomeadamente escolas. Assim proponho: A emissão de parecer favorável nos termos do nº2 do artigo 5º da Lei nº 460/77, de 7 de Novembro e posteriores alterações, ao solicitado pela Associação do Parque Temático Molinológico, dado a mesma preencher os requisitos e condições necessárias à obtenção do estatuto das coletividades de utilidade pública.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTALAÇÕES A CELEBRAR COM A BIKE CP – BIKE CLUBE DE PORTUGAL (I/36088/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Os princípios instituídos e o quadro de atribuições e competências concedidas às Autarquias Locais; - Que a descentralização administrativa assegura a concretização do “Princípio da Subsidiariedade”, as atribuições e competências exercidas pelo nível de administração melhor colocado, prossegue maior eficácia e satisfação das necessidades das populações; - O teor do ofício enviado pela BIKE CLUBE DE PORTUGAL; - A missão, objetivos e atividades desenvolvidas pela BIKE CLUBE DE PORTUGAL designadamente na área desportiva, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Cedência de Instalações, documento este



que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a BIKE CP, ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores retificações), que tem por objeto a cedência, a título gratuito, da utilização prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 6356, fração A, sito em Rua Mestre Guilherme, Loja A, 334, para nela instalarem a sua sede.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CERCIAZ – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/38391/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de cedência do Cineteatro Caracas com isenção do pagamento de taxa de locação apresentado pela CERCIAZ, com vista à realização de um espetáculo denominado "Emoções", dia 11/07/2015 pelas 21 horas, que indica que os fins artísticos, educacionais e de lazer são de interesse público; - Pelo n.º 2 do art.º 6º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas, o mesmo: “Pode ser utilizado para a realização de outras atividades propostas por entidades externas, mediante autorização nos termos do presente regulamento”; - Nos termos do n.º 2 do art.º 7º do citado Regulamento, com a epígrafe “Cedência do equipamento”: “Os requerentes do equipamento poderão ser excepcionalmente dispensados do pagamento da taxa de locação, por deliberação do Órgão Câmara Municipal, se ponderados motivos de interesse público que a justifiquem, mantendo-se, no entanto, a obrigatoriedade da observância deste regulamento. Neste caso será cobrada a taxa mínima de utilização prevista na tabela; - Que constituem atribuições das Autarquias a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações; - Compete à Câmara Municipal apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões; - O disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, proponho: A autorização da Cedência do Cineteatro Caracas, com isenção do pagamento de taxa de locação à CERCIAZ, ao abrigo designadamente do disposto no n.º 2 do art.º 6º e n.º 2 do art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cineteatro Caracas conjugado com a alínea o) e u) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos e para os fins solicitados, mantendo-se as demais obrigações decorrentes da aplicação do Regulamento, sendo apenas cobrada a taxa mínima de utilização prevista.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **HOMOLOGAÇÃO DA ATA DE ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DO CONCURSO “PRÉMIO DE FOTOGRAFIA FERNANDO PAÚL 2015” – APROVAÇÃO (I/36694/2015):** Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que os municípios dispõem de atribuições, designadamente, no domínio do património, cultura e promoção do desenvolvimento [alínea e) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]. - Que os objetivos subjacentes ao “Prémio de

*Fotografia Fernando Paúl” são: estimular e promover a fotografia e fomentar a salvaguarda, o conhecimento, a divulgação e a memória do património e tradições do concelho, como homenagem ao fotógrafo oliveirense Fernando Paúl; - Que, de acordo com as Normas de Participação do referido Prémio, aprovadas em Reunião de Câmara de 22 de Janeiro de 2015, se prevê a atribuição dos seguintes Prémios: a) 1.º Prémio - 200€; b) 2.º Prémio - 100€; c) 3.º Prémio - 50€. - As deliberações tomadas pelo Júri do “Prémio de Fotografia Fernando Paúl” constantes na ata, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho: Que a Câmara Municipal delibere aprovar a homologação da Ata da Reunião do Júri e a atribuição dos seguintes prémios: 1.º Lugar, com o valor de 200€, ao concorrente Paulo Guilherme da Costa La Salette; 2.º Lugar, com o valor de 100€, ao concorrente Joaquim Aurélio da Silva Rodrigues; 3.º Lugar, com o valor de 50€, ao concorrente Carlos Rafael Pinho Silva.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== PROTÓCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A “APTMM – ASSOCIAÇÃO DO PARQUE TEMÁTICO MOLINOLÓGICO” (I/34713/2015):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sociocultural e de tempos livres; - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - Que o Parque Temático Molinológico é um dos locais de grande interesse turístico do Município; - O ofício da APTMM – Associação do Parque Temático Molinológico, de 8 do corrente; Ao abrigo das alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; - Que os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 2081/2015, conforme determina a Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a APTMM – Associação do Parque Temático Molinológico, nos termos e condições ali estabelecidas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO A CELEBRAR COM A ESCOLA DE CICLISMO BRUNO NEVES (I/34874/2015):** *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, - Que o*

*desenvolvimento de atividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projetos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como fator de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação ativa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art.º 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: "3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei;" - Que os encargos resultantes da adenda ao Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 2082/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, proponho: - A aprovação da minuta da adenda ao Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com a Escola de Ciclismo Bruno Neves, ao abrigo das alíneas o) e u), n.º1, art.º 33º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

**===== BANDA DE MÚSICA DE LOUREIRO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO (I/37866/2015):** *Pelo Vereador Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - As atribuições dos Municípios, designadamente no domínio do Património, Cultura e Promoção do Desenvolvimento (alíneas e) e m), n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro); - Que compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município – alínea u), n.º1, art.º 33º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; - O teor do ofício da Banda de Música de Loureiro, de 12 de fevereiro do corrente ano (incluindo documentos justificativos anexos ao mesmo), no qual solicita apoio financeiro para a deslocação daquela coletividade a Torrevieja – Espanha, ao Festival Internacional de Bandas, em que vão participar; - Que o desenvolvimento daquelas atividades contribuem para a promoção, valorização da identidade cultural e das tradições musicais, traduzindo-se como marcas das gentes e valores portugueses e em particular da comunidade oliveirense, proponho: - A atribuição de um apoio financeiro à Banda de Música de Loureiro, no montante de 3 500,00 € (três mil e quinhentos euros), para os identificados fins, ao abrigo da alínea o) do n.º 1, do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta o reconhecido interesse público municipal subjacente à participação/representação; - Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de Junho ano corrente; sendo que os encargos resultantes da presente deliberação serão satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com*

compromisso de fundo disponível n.º 2084/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro (e posteriores alterações), e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO DA JUVENTUDE (I/34570/2015)**: Retirado para melhor análise. =====

===== **O Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro ausentou-se da sala.** =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/38968/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos e Ações Sócio-Habitacionais, em que da análise social dos requerimentos de apoio ao arrendamento, se verifica que reúnem os requisitos necessários para beneficiarem do apoio, propõe-se o seguinte: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a atribuição de um apoio económico mensal com início no mês de maio de 2015, em conformidade com o quadro abaixo:

Nome	Freguesia	Nº Contribuinte	Valor Apoio	N.º EPEF	N.º CFD
Cármén Dolores da Silva Almeida	Pinheiro Bemposta	219 760 373	€45	1123	2072
Filipe Silva Oliveira	S. Tiago Riba-Ul	134 246 772	€45	1124	2073
Cristina Maria Nunes Soares	O. Azeméis	231 404 719	€62,50	1125	2074
Fernanda Jesus Pereira	Cesar	194 493 741	€70	1126	2075
Maria da Graça de Jesus Correia	Cucujães	145 667 456	€30	1127	2076
Liliana Patrícia Dias Costa Rebelo	O. Azeméis	225 253 518	€50	1128	2077

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE RENOVACÃO E REAJUSTAMENTO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/38656/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, relativa à renovação dos pedidos de apoio ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do art.º 33.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a renovação dos apoios, com efeitos a partir do mês de

maio de 2015, em conformidade com o quadro abaixo, que integra os respetivos números de compromisso de fundo disponível:

<i>Nome</i>	<i>Nº Contribuinte</i>	<i>Valor Apoio</i>	<i>Valor da Renovação</i>	<i>N.º CFD</i>
<i>Maria Angélica Monteiro Borges</i>	<i>197 451 500</i>	<i>€60</i>	<i>€60</i>	<i>306</i>
<i>Maria Odete Gomes da Silva</i>	<i>127 417 842</i>	<i>€45</i>	<i>€45</i>	<i>386</i>
<i>Maria Mimosa Roma Silva</i>	<i>172 735 688</i>	<i>€87,50</i>	<i>€87,50</i>	<i>377</i>
<i>Ana Maria Almeida Lestre</i>	<i>115 291 539</i>	<i>€60</i>	<i>€60</i>	<i>201</i>
<i>Susana Maria Rodrigues Silva</i>	<i>197 256 988</i>	<i>€80</i>	<i>€80</i>	<i>479</i>
<i>Maria Eugénia Teixeira T. Almeida</i>	<i>189 825 812</i>	<i>€52,50</i>	<i>€52,50</i>	<i>329</i>
<i>Pedro Manuel Soares Brinco</i>	<i>120 337 010</i>	<i>€25</i>	<i>€25</i>	<i>438</i>
<i>Ana Paula da Costa Conceição</i>	<i>179 376 411</i>	<i>€62,50</i>	<i>€62,50</i>	<i>203</i>
<i>Evaristo Silva Correia</i>	<i>182 663 795</i>	<i>€90</i>	<i>€67,50</i>	<i>252</i>
<i>Paula cristina Martins da Graça Ferreira</i>	<i>190 219 860</i>	<i>€70</i>	<i>€70</i>	<i>422</i>
<i>Ilda Jesus Ferreira</i>	<i>195 470 060</i>	<i>€52,50</i>	<i>€52,50</i>	<i>268</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PROPOSTA DE CESSAÇÃO DE APOIOS AO ARRENDAMENTO AO ABRIGO DO REGULAMENTO MUNICIPAL (I/39155/2015)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a informação do Gabinete de Projetos Sócio-habitacionais, no âmbito da cessação dos apoios ao arrendamento ao abrigo do Regulamento Municipal, propõe-se: - Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, a cessação dos seguintes apoios: Por não apresentarem requerimento de candidatura para renovar o referido apoio: Maria da Luz Carneiro Peixoto Santos, Maria do Rosário Pinto, Siandra Alves Almeida, Maria de Fátima Oliveira Rocha e Maria da Graça Gomes Carvalho, a partir do mês de maio de 2015; - Por não cumprir os requisitos regulamentares para beneficiar do apoio: António José Rodrigues Carvalho, com efeitos a partir do mês de novembro de 2014, tendo sido em tempo providenciado o não pagamento do apoio respeitante a este mês; - Por motivos de incumprimento verificado no âmbito do acompanhamento à situação: Yessica Maria Rocha Antão, com efeitos a partir do mês de janeiro de 2015, tendo sido em tempo providenciado o não processamento do apoio respeitante a este mês; - Devido ao aumento de rendimentos: Avelino José dos Santos Soares Maia, com efeitos a partir do mês de março de 2015, tendo sido em tempo providenciado o não pagamento do apoio respeitante a este mês.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO** =====

===== **INCORPORAÇÃO DE “QUADRO ARTÍSTICO”, EM BENEFÍCIO DO INVENTÁRIO MUNICIPAL (I/38774/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Doação: Obra com o título "Espanta" do artista Davide Correia da Silva, propõe-se: Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea J), do nº1 do Artº33 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, a aprovação da incorporação do bem referido, a título de doação, em benefício do Inventário Municipal.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresenta. =====

===== **Entrou o Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro.** =====

===== **DOAÇÃO DE PROJETOS DE ESPAÇOS EXTERIORES E PARQUE INFANTIL SITO NA RUA JOSÉ SOARES ALBERGARIA – UL (I/38305/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Para efeitos do previsto na alínea j), nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013 de 12 Setembro, proponho que seja aceite a seguinte doação efetuada pelo administrador e acionista da Empresa ULMolde - Moldes Técnicos, S.A., António da Silva Rodrigues. Doação: Projetos de Espaços Exteriores e Parque Infantil, sito na rua José Soares Albergaria, em Ul, Oliveira de Azeméis, a elaborar pela empresa Arquigrupo, no valor de 5.600,00 euros, mais IVA, conforme documento que ficará arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **AUTORIZAÇÃO EXCECIONAL DE ALARGAMENTO TRIENAL DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “PADARIA OLIVEIRENSE” (I/9440/2015):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento excecional trienal de horário, do estabelecimento denominado “ Padaria de Oliveirense ” sito na Praça José da Costa nº 30 – Oliveira de Azeméis, a qual tem como atividade padaria e pastelaria, para a prática do horário das 05:00h até às 20.00h de segunda-feira a sexta-feira e das 05:00H até às 14.00h aos sábados. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara Municipal para decisão do pedido suprarreferido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA CONCESSÃO (I/39319/2015):**

*Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 5 de julho de 2013, foi celebrado Contrato de Concessão da exploração e gestão dos serviços públicos de distribuição de água e da recolha, tratamento e rejeição de águas residuais no Município de Oliveira de Azeméis; - A necessidade de ser constituída uma Comissão de acompanhamento da concessão, a qual deve integrar “...um representante designado pelo concedente, um representante designado pelo concessionário e um terceiro elemento cooptado pelos anteriores, que preside (n.º1 do art.º 44 do Decreto-Lei n.º 190/2009, de 20 de agosto e posteriores alterações, conjugado com o disposto na alínea q) da cláusula 1ª, clausula 83 e 84 do Documento Complementar anexo à escritura); - Que compete à Comissão de acompanhamento: a) Emitir parecer sobre a conformidade com o contrato de concessão dos projetos de execução de investimentos submetidos pelo concessionário à prévia aprovação do concedente; b) Emitir relatório anual relativo ao cumprimento do contrato de concessão, a remeter igualmente à entidade reguladora, até ao final do 1.º trimestre do ano seguinte ao que diz respeito; c) Emitir parecer sobre a aplicabilidade das sanções contratuais previstas para situações de incumprimento e respetivo montante; d) Emitir parecer sobre a efetiva verificação de riscos que permanecem na responsabilidade do concedente e quantificar as compensações devidas ao concessionário ou concedente, conforme o caso; e) Auscultar ambas as partes e recolher os respetivos contributos em sede de preparação de alterações do contrato de concessão; f) Emitir parecer sobre diferendos entre as partes, nomeadamente quanto à interpretação de cláusulas contratuais (n.º2 do mesma disposição legal); os quais devem ser emitidos nos prazos estipulados por lei; - Que os encargos de funcionamento da Comissão serão repartidos em partes iguais, entre Concedente e Concessionária, sendo que os custos máximos a suportar, anualmente, pela Concessionária serão os previstos na Caso Base (conforme consta da cláusula 84ª do Documento Complementar), proponho: A constituição da Comissão de Acompanhamento da Concessão, com a seguinte composição: Presidente: Eng.º António André da Silva Topa, contribuinte n.º 172637422 (cooptado pelas duas entidades); Eng.º Nuno Peixoto Maia Nabais (Designado pela Concessionária - Indaqua Oliveira de Azeméis - Gestão de Águas de Oliveira de Azeméis, SA); Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira (Diretor de Departamento Municipal de Obras, Manutenção, Transportes e Energia, designado pela Concedente). Se submeta à Assembleia Municipal para autorização prévia autorização dos compromissos plurianuais até ao limite de 6.000euros/ano nos termos da LPCA.” O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: A proposta do ponto 16 não sofreu alteração relativamente à última reunião. No período de antes da ordem do dia já fizemos uma discussão relativamente a esta matéria. Portanto, temos o Eng.º António André da Silva Topa, o Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira e o Eng.º Nuno Peixoto Maia Nabais. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu só queria deixar aqui claro que, conforme disse, a credibilidade das pessoas não se fica pela sua filiação partidária, nem por serem militantes ou não. Nós não estamos a colocar em causa a seriedade*

*das pessoas, mas a singularidade do processo, porque objetivamente o processo desde o princípio até agora tem esta marca, este cunho partidário e isso é inegável, da mesma forma que é inegável dizer que o Eng.º Topa é militante do PSD. Também é inegável que o cunho desde o princípio, desde que a empresa realizou o estudo até agora, teve um cunho marcadamente social-democrata digamos, portanto, isso é que é inegável. Mas não é isso que está em causa. O que está em causa, o que aqui foi dito foi uma coisa diferente e que eu gostava que ficasse esclarecido. Ao fim de todo este tempo para encontrar esta solução, que nós tenhamos que escolher alguém que vai gerir os interesses do concelho de Oliveira de Azeméis, sendo fora do concelho de Oliveira de Azeméis, numa matéria particularmente importante como é a matéria de fazer parte de uma comissão de acompanhamento, de investimentos que percebemos que são importantes, em termos da concessão da rede de água e saneamento. Portanto, o que nós colocamos em causa foi se não existia, digamos assim, competência em Oliveira de Azeméis, pessoas em Oliveira de Azeméis que reunissem um perfil semelhante para poderem fazer esse trabalho, porque obviamente o Eng.º Topa não tem a seu favor o facto de ter acompanhado este processo desde o seu início, ele desconhece este processo por completo, pode conhecer o processo da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, mas desconhece o processo de Oliveira de Azeméis e, portanto, essa não é uma vantagem competitiva. A sua experiência profissional, bom essa terá que ser comparada com a experiência profissional de muita gente que temos no concelho de Oliveira de Azeméis. A única coisa que nós dissemos e a única coisa que nós defendemos é que fazia sentido que fosse um oliveirense a defender os interesses de Oliveira de Azeméis e não um feirense, não quer dizer que não o faça, mas temos legitimidade para levantar esta questão, com certeza que sim. O Senhor Presidente disse: Este é um trabalho técnico e obviamente que temos muita gente qualificada, não há dúvida nenhuma, em Oliveira de Azeméis. Seguidamente usou da palavra o Vereador Helder Simões para dizer: Senhor Presidente, só duas notas. A primeira, o Senhor Presidente respondeu à Dra. Ana de Jesus, mas vagamente e fugiu à questão concreta da situação do Eng.º António Castanheira. Não esteve cá, terá a oportunidade de ler a ata e de ouvir a gravação, porque foi única e simplesmente constatado um facto político, e eu até me enganei na Câmara, pensei que era de Ourém e afinal de contas é de Alcanena, ele fez questão de esclarecer nas redes sociais, não é falar da vida pessoal das pessoas. O que está aqui em causa é o nome consensual entre as partes, portanto, eu jamais irei questionar o nome indicado pela Indagua, da mesma forma que acho que nós nunca devemos permitir sequer à Indagua de opinar sobre o nome que nós vamos indicar. Portanto, nessa matéria, o que está aqui em causa é o “árbitro”, como disse o Senhor Presidente, e bem, ser militante do PSD ou do PS não é cadastro, mas parece que tudo o que nós temos de histórico não ser militante do PSD é que é prejudicial em Oliveira de Azeméis, basta ver o histórico. Eu nunca ponho em causa as questões técnicas, não conheço a pessoa em causa, mas há aqui uma coisa que eu acho que é um pequeno conflito de interesses, porque eu não consigo perceber que alguém queira ser árbitro deste processo tendo sido indicado pela Indagua, foi aqui assumido que foi indicado pela Indagua, no que diz respeito a Oliveira de Azeméis eu acho que isso nos*



*deveria preocupar, mas também não consigo perceber como é que alguém que aceita ser indicado pela Indaqua para essa função em Oliveira de Azeméis e tem a obrigação de defender os feirenses contra a própria Indaqua em Santa maria da Feira. Portanto, eu acho que essa situação é um conflito de interesses. O Senhor Presidente disse: Eu não tenho dúvida nenhuma que o Eng.º Topa fará uma análise factual e que o Senhor Vereador Helder Simões se vai rever em tudo o que ele disser, garanto-lhe do que eu conheço da pessoa. Acho que não é justo da sua parte estar a dizer isso, porque é uma pessoa seríssima. Após análise e votação por escrutínio secreto, foi deliberado por maioria, com cinco votos a favor e quatro votos contra, aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **TRANSPORTES** =====

===== **REGULAMENTO INTERNO DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS MUNICIPAIS (I/32913/2015)**: Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A necessidade de adequar o regulamento interno de utilização de veículos municipais em vigor, aprovado pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em 6 de abril de 2004, a nova macroestrutura e a uma nova organização e planeamento da utilização das viaturas municipais; - Que, a utilização dos veículos municipais carece de regulamentação atualizada, para uma otimização da utilização das viaturas municipais e com isso obter uma maior racionalização dos custos de utilização das viaturas municipais; - O cumprimento com o Plano Global de Gestão de Riscos Organizacionais aprovado em Reunião de Câmara em 23 de abril de 2012 e em Assembleia Municipal em 22 de junho de 2012, bem como do relatório anual de execução do plano global de riscos organizacionais de 2013, e no uso das suas atribuições e das competências que lhes estão cometidas e aos seus órgãos, pelo artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro. Proponho: Aprovar o Regulamento Interno de Utilização das Viaturas do Município de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADAS** =====

===== **EMPREITADA DE “CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DO VIDRO - 2.ª FASE” – AUTO N.º 1 TC (I/39274/2015)**: Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “CIP – Construção, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º1 no valor de € 18.143,97 (dezoito mil cento e quarenta e três euros e noventa e sete centimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALETTE” – REVISÃO DE PREÇOS (I/39306/2015):**

*Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/34553/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação da Revisão de Preços (crédito a favor da Câmara), com o valor de -€ 14.691,80, ao qual acresce o IVA, referente à empreitada "Requalificação do Núcleo Central Histórico do Parque de La-Salette" - Processo nº 009/2012/DME.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **EMPREITADA DE “BUSINESS CENTER DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL/ LOUREIRO” – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA (I/38377/2015):**

*Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos e para os efeitos do disposto no nº 3 do artigo 35º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proponho a ratificação do meu despacho, datado de 30-04-2015, exarado no documento com a referência nº I/35656/2015, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, relativo à aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a Execução da Obra "Business Center da Área de Acolhimento Empresarial de Ul - Loureiro" - Processo nº 006/2014/DEC.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/3103/2015 (I/38707/2015) – SÓNIA COLETTE RENÉE FICHOT – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADDE,** residente na Travessa do Beco, n.º 239, freguesia de Loureiro, deste concelho, na qualidade de proprietária, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Aidos do Outeiro, freguesia de Loureiro, deste concelho, com a área total 500m<sup>2</sup>, a confrontar de norte com João de Deus Alves Pereira, de sul com Fernando Costa Pereira, de nascente com habitação do próprio e de poente com Manuel Dias de Pinho Júnior, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2426 e descrito na competente Conservatória do Registo Predial sob o número 1732/19980929. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/4770/2014 – NÚCLEO DE ATLETISMO DE CUCUJÃES – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/38685/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para aprovação do pedido de ratificação do meu despacho, de 07.05.2015, que se transcreve: "Defere-se o pedido de isenção de taxas, por ora,

face à urgência da intervenção. Elaborar proposta pra ratificar este meu despacho.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PI/5446/2009 – AURÉLIO MOREIRA DA SILVA, LDA. – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS (I/36880/2015):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para aprovação do pedido de isenção de pagamento de taxas no valor de 230,85€ (guia n.º 4431/11) para requerer o aditamento ao alvará de loteamento.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **DECISÃO DE CONTRATAR E AUTORIZAÇÃO DE DESPESA – AJUSTE DIRETO REGIME GERAL – “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MONTAGEM DE REDE ELÉTRICA, ALUGUER, MONTAGEM E FORNECIMENTO DE DIVERSO EQUIPAMENTO” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 08.05.2015, o qual se passa a transcrever: “No âmbito da minha própria competência, nos termos da alínea a), do número 1, do artigo 18º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto no artigo 36º, conjugado com o artigo 128º, do Código dos Contratos Públicos (C.C.P.): **Considerando:** - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que, no âmbito do evento “XIX Mercado à Moda Antiga” a realizar nos dias 16 e 17 de maio de 2015, se torna necessário proceder à aquisição de serviços para montagem da rede de distribuição elétrica, incluindo aluguer, montagem e fornecimento de diverso equipamento, conforme previsto na RQI n.º 742; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de € 5.000,00. - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014-SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido,

homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 16.300,00 (dezasseis mil e trezentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; - Que por ser um procedimento com o mesmo objeto de contrato vigente em 2014, está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 8%, nos termos do estatuído no n.º 2º e 4º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), passando o preço base apresentado (EUR 16.300,00) a ser de EUR 14.996,00 (catorze mil, novecentos e noventa e seis euros). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - Que o referido valor encontra-se cabimentado na rubrica 0202259901, pela Proposta de Cabimento n.º 727; - Que a realização da próxima reunião de câmara é no dia 14 de maio de 2015, pelo que será necessário acautelar a contratação atempada do serviço, sendo imprescindível proceder ao desenvolvimento imediato de procedimento adequado para fazer face às necessidades, devendo este despacho ser remetido para ratificação pelo Órgão Executivo, do ato por mim praticado nos termos do n.º 3, do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Concordo com o proposto na “Informação de Início de Procedimento” (I/38885/2015). Determino, que se proceda à contratação da necessidade apresentada na RQI n.º 747, por ajuste direto em regime geral, tendo em conta o valor da despesa estimada já referido, em respeito pelo estabelecido na alínea a), do número 1, do artigo 20º, do C.C.P. e por não se justificar o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, economia e eficiência. Autorizo a respetiva despesa conforme Proposta de Cabimento n.º 727 e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1141; Determino que se proceda, conforme indicação do serviço requisitante, ao convite para apresentação de proposta unicamente ao prestador de serviços: Essencial Fantasy Lda. Delego, nos termos do n.º 1, do artigo 49º e n.º 1 e 2 do artigo 55º, do Código Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro), a minha competência para a realização de todas as formalidades procedimentais conducentes à realização desta despesa, na responsável pela direção do procedimento, Dr.ª Elsa Félix - Técnica Superior, ficando encarregado, desde já, como gestor do processo, Raquel Fernandes – Assistente Técnica, nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 55º, do diploma legal referido, pelas restantes diligências administrativas e processuais instrutórias específicas, em respeito pelo estipulado no artigo 109º, do C.C.P., com exceção da competência para adjudicação, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 69º, do C.C.P. A proposta deverá ser analisada pelos elementos dos serviços abaixo mencionados, podendo os mesmos convidar o prestador de serviços a melhorar a sua proposta: 1º Elemento – Técnica Superior, DR.ª SUSANA CRISTINA ROCHA CRUZ; 2º Elemento – Técnico Superior, DR. FRANCISCO JOSÉ GOMES DA SILVA; 3º Elemento – Assistente Operacional, RAQUEL PEREIRA DIAS COSTA; 1ª Suplente – Técnica Superior, DR.ª ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 2ª Suplente – Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES; 3ª Suplente – Assistente Técnica, CATARINA TEIXEIRA PINHO.” =====

